



PARECER JURÍDICO

Foi solicitado análise da Procuradoria Municipal em relação ao recurso apresentado no Concorrência Pública nº 03/2023 pela empresa JOSE RUAN HERBSTTRITH DE LARA tendo em vista sua discordância com a decisão da Comissão de Licitação pela inabilitação da recorrente no certame.

É o breve relatório.

Inicialmente, deve-se registrar que o objetivo primordial da licitação é garantir uma proposta que atenda o interesse público, resguardando ainda a participação em igualdade de condições de todos que tenham interesse em contratar com a administração pública. A finalidade da licitação deve ser sempre atender o interesse público e buscar a proposta mais vantajosa. O processo licitatório deve ser regido pelos princípios constitucionais da isonomia, legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e outros correspondentes, se assim houver.

Ainda que a inabilitação da empresa no certame tenha se dado em razão de questões técnicas, não foi necessário solicitar a emissão de parecer técnico, posto que as manifestações já constantes no processo licitatório se mostram suficientes para analisar as razões recursais. Registro que inclusive a empresa recorrente, após a sua inabilitação, já havia enviado questionamento técnico a respeito do assunto, o qual foi prontamente respondido pela equipe técnica.

Conforme as suas razões recursais a recorrente se insurge quanto a sua inabilitação no certame, tendo em vista, o entendimento de não atendimento à qualificação técnica exigida para participação. Conforme parecer técnico que embasou a inabilitação "para haver enquadramento devem ser apresentados atestados relativos a execução de estruturas de concreto armado, execução de alvenaria e revestimentos, execução de instalações hidrossanitárias prediais, execução de instalações prediais de águas pluviais, execução de instalações elétricas, pavimentação e pintura, ou seja, atestados comprovem a execução de obras com as etapas apresentadas no cronograma da referida licitação". Complemento ainda que conforme edital as estruturas de concreto armado, por ser a parcela mais relevante, deveria representar 35% do quantitativo.

Instada a se manifestar novamente a engenheira responsável assim concluiu "tendo isso claro, informo que foram analisados os atestados apresentados que em sua maioria

tratam de execução de PPCI. O atestado que menciona estruturas de concreto armado, trata de aquisição de material e serviço. Objeto visivelmente divergente do serviço contido na planilha orçamentária, onde expressamente solicita como parcela mais relevante a execução de estruturas de concreto armado".

Conforme demonstrado, o parecer técnico está devidamente apresentado e tecnicamente justificada a inabilitação da empresa.

Outrossim, vale destacar que os argumentos apresentados pela empresa buscam apenas demonstrar expertise em determinada quantidade de concreto, o qual segundo o seu entender seria suficiente para execução da obra a ser realizada. No entanto, a empresa não se manifesta sobre a alegação da responsável técnica que levou a sua inabilitação, qual seja a execução de objeto distintos ao contratado. Vale ressaltar que antes dos quantitativos, deve ser analisado "satisfatoriamente objeto com características compatíveis à parcela determinada como de maior relevância na presente licitação", conforme mencionado no edital. Sendo que no entender técnico isto sequer foi preenchido, conforme parecer transcrito acima e que acompanhou a decisão de inabilitação.

No que tange ao argumento de que a empresa utilizou os mesmos atestados em outras obras contratadas pelo Município, cumpre registrar que tais obras não tratam do mesmo objeto deste processo licitatório. Também cada técnico, desde que devidamente fundamentado e amparado, poderá fazer suas análises em cada caso.

Ainda em análise das razões recursais, não poderia no processo licitatório a técnica analisar obras realizadas cujos atestados não foram apresentados, sendo que o próprio recorrente é que escolheu as obras que indicaria como qualificação técnica, optando por não utilizar os mencionados contratos firmados com este poder público em outras oportunidades.

Já em relação ao argumento de que o edital menciona quantidade mínima, o que no entender do recorrente não seria possível, deixo de analisar posto que isso deveria ter sido objeto de Impugnação por parte da recorrente, o que não foi feito, assim, a mesma concordou com os termos editalícios.

Quanto ao argumento da possibilidade de realização de diligência, manifesto que isso é uma faculdade conferida aos agentes públicos envolvidos no processo licitatório e que será exercida quando os mesmos entenderem adequado, não havendo obrigação quanto a isso.

Por fim, o fato da recorrente ter sido a única participante do certame também não pode ser objeto de análise neste recurso, posto ser fato estranho à atuação do poder público, mas que não altera as exigências editalícias impostas e que ainda assim devem ser observadas.

Diante do exposto, opino pelo indeferimento do recurso apresentado pela empresa JOSE RUAN HERBSTRITH DE LARA, com a consequente manutenção da decisão da Comissão confirmando a inabilitação da empresa no certame, encaminhando este expediente para deliberação da autoridade superior.

Canguçu, 01 de junho de 2023.

Fernanda Diaz Flores

OAB/RS 59.374



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9DDC-11F8-C3F7-2ACF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 01/06/2023 18:22:31 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/9DDC-11F8-C3F7-2ACF>